

TRADUÇÃO

Notas sobre o conflito social hoje

A partir de dois seminários

Theodor Adorno e Ursula Jaerisch¹

Há algum tempo, foram realizados dois seminários no Instituto de Pesquisa Social, um sobre o riso e o outro sobre conflito social hoje². Tinha-se em vista um propósito duplo. Os estudantes deviam observar diretamente determinadas situações. Sua descrição precisa e as tentativas de interpretação deviam mostrar que, nas situações em que várias pessoas riem juntas ou se confrontam de forma hostil, se expressam momentos sociais que vão além de sua causa direta e, por vezes, se escondem nela. Ao propósito pedagógico (se quisermos chamar assim), acrescentava-se o interesse objetivo na relevância social da agressão aparentemente individual. Esta foi assumida como um elemento constitutivo do riso, e isso foi confirmado reiteradamente a partir da análise das observações. Os seminários poderiam ter sido descritos como um exercício para o desenvolvimento daquele olhar maldoso, sem o qual é quase impossível adquirir consciência da *contrainte sociale*. Retomemos algumas das reflexões sobre a relação entre teoria e experiência que emergiram durante as discussões do seminário.

O conceito de conflito social, proveniente da temática da sociologia americana, neutraliza, de maneira positivista, a doutrina de Marx da luta de classes. Tal como na política, essa doutrina não teve, no meio acadêmico, uma recepção ampla nos Estados Unidos; lá, pensava-se *social conflict* sobretudo enquanto tensões entre os grupos étnicos, rigidamente separados entre si, e reformas sociais. Durante as últimas décadas, o conceito passou para segundo plano na discussão acadêmica em geral. O volume *Sociologia*, editado por René König em 1958³, incluía palavras-chave afins, como “dominação”, “mobilidade”, “estratificação”, “controle social” - mas

1 Tradução de “Anmerkungen zum sozialen Konflikt heute”. In: Adorno, T. W. *Gesammelte Schriften*, Band 8. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, pp. 177-195. Tradução de Yasmin Afshar, doutoranda na Humboldt-Universität zu Berlin.

2 Trata-se dos seminários “Contribuições empíricas para a sociologia do riso” e “Conflito social”, ministrados por Adorno na Universidade de Frankfurt durante o semestre de inverno de 1964 e o de verão de 1965, respectivamente. [Nota da Tradutora (N. T.)]

3 König, R. (ed.). (1958). *Soziologie*. Fischer-Lexikon, vol.10. Frankfurt a. M.: Fischer. [N. T.]

não “classe”, “opressão”, “conflito social”. Na sociologia, este termo voltou a ser referido somente por Coser, nos Estados Unidos, e por Dahrendorf, na Alemanha, direcionado tanto contra a teoria de Marx, quanto contra a teoria estrutural-funcionalista, essencialmente conservadora, de Talcott Parsons. Para eles, os conflitos sociais não devem ser considerados como disfuncionais e desintegradores do sistema social, não só sob o aspecto de sua anomalia, mas, antes, como motores que asseguram “a manutenção, o ajuste ou a adaptação das relações e das estruturas sociais”⁴. Essa concepção remonta ao ensaio de Georg Simmel sobre a disputa (*Streit*)⁵. Esta havia se tornado, já ali uma categoria sociológica positiva, enquanto forma da socialização, sob a condição de que os contendentes se abstivessem da pura aniquilação do adversário. Para Simmel, no espírito de uma liberalidade ingênua, trata-se de um “caso limite”. Mas a própria luta é o “movimento corretivo do dualismo que conduz à cisão”⁶, o qual, *a priori*, só se realiza no âmbito de normas reconhecidas conjuntamente. Em razão de sua concepção formalista de sociologia, Simmel tende a hipostasiar a categoria de disputa. O que é decisivo em termos de conteúdo: que a disputa é necessária e legítima para ultrapassar um mau estado antagônico, isto é, como um meio para a paz radical, em que os antagonismos seriam materialmente superados; mas isso não quer dizer que a disputa deva ser afirmada em si mesma em nome de uma abstrata e desvinculada ideia de dinâmica - em Simmel, tudo isso permanece marginal. Sua doutrina tira todas as suas invariantes do estado antagônico. Ela aceita-o como imutável, ao pressupor estruturas fundamentais do social. Coser liga-se a Simmel, assim como à sua apologia do conflito entre grupos, ao enfatizar a funcionalidade do disfuncional e sendo crítico, com razão, às análises harmonizadoras da sociedade existente. Mas nem por isso ele sacrifica o modelo dos sistemas sociais estáveis, mantidos em equilíbrio por meio do consenso. Somente num artigo posterior, “Violência e mudança social”⁷, considerações acerca da estrutura das revoltas geralmente estigmatizadas como irracionais levam-no a superar essa concepção. A essas revoltas, e até à quebra das máquinas, ele atribui mais racionalidade social do que o modelo de uma sociedade que se reproduz com o menor atrito possível gostaria de conceder. Pelo seu objeto, a sociologia é forçada a redescobrir a dialética.

4 Lewis A. Coser, *Theorie sozialer Konflikte*, Neuwied und Berlin, 1965, p. 180. [Nota dos autores (N. A.)]

5 No Brasil, o ensaio foi editado apenas parcialmente e traduzido a partir do texto em inglês em uma coletânea de ensaios. Simmel, G. (1983). A natureza sociológica do conflito; A competição; Conflito e estrutura de grupo. In: Moraes Filho, E. (org.). *Sociologia*. Tradução de Carlos Alberto Pavanelli et al. São Paulo: Ática. [N. T.]

6 Georg Simmel, *Soziologie*, Leipzig 1908, p. 247 [N. A.]. Simmel, 1983, p. 122 (tradução alterada). [N. T.]

7 Lewis A. Coser, “Gewalt und gesellschaftlicher Wandel”. In: *Atomzeitalter, Information und Meinung*, Heft II, November 1966, p. 321 ss. [N. A.]. Coser, L. (1973). “Gewalt und gesellschaftlicher Wandel”. In: Beyme, K. *Empirische Revolutionsforschung*. Opladen: Westdeutscher Verlag, pp. 81-90. [N. T.]

A “Teoria do conflito social” de Dahrendorf⁸ utiliza expressamente um modelo baseado nos “pressupostos de historicidade, explosividade, disfuncionalidade e caráter coercivo das sociedades humanas”. Aquilo que, segundo o esquema estrutural de Parsons, era acidente, se torna novamente essencial.

Sobre uma tal base, o conflito aparece como fator necessário em todos os processos de transformação. Além disso, uma tal orientação exclui a ideia utópica de um sistema social equilibrado e funcional, de uma “sociedade sem classes”, um “paraíso na terra” - e, com isso, está mais próxima da realidade social, assim como (no nível da teoria política) da ideia de liberdade, do que a teoria do consenso.⁹

O caráter antagônico da sociedade, o qual produz conflito social, é admitido sem disfarces, mas evidentemente convertido em invariante, de modo que a mudança social permaneça domesticada e não tenha sua legitimidade posta em causa. Dahrendorf retoma o método do tipo ideal de Max Weber, assim como sua ideia de sociedade. Esta é, segundo essa concepção, necessariamente estruturada por relações de dominação e subordinação que se manifestam na autoridade dos grupos de poder. Assim, o conflito social é

passível de ser derivado da estrutura das unidades sociais, sendo, portanto, supraindividual... Por um lado, em unidades sociais muito pequenas (papéis, grupos), existem com maior frequência oposições sem qualquer relevância estrutural, às quais não se aplica, portanto, uma teoria do conflito social; por outro lado, é de se supor que mesmo as disputas entre unidades sociais muito abrangentes requerem, às vezes, uma explicação mais psicológica do que sociológica. Uma certa arbitrariedade social não parece estranha a algumas guerras ao longo da história.¹⁰

No entanto, uma vez reconhecida a preponderância da estrutura social sobre toda ação particular e individual, a suposição de conflitos que não teriam qualquer relevância estrutural torna-se problemática, uma transposição da divisão científica do trabalho para o objeto do conhecimento da sociologia. Até mesmo a suposição de que conflitos sociais em maior escala, como algumas guerras, poderiam ser mais bem explicados em termos psicológicos do que sociais é um despropósito. As reações psicológicas primárias dos indivíduos, líderes ou liderados, são irrelevantes frente às relações preponderantes nas quais estão inseridos e que, em grande medida, determinam seu comportamento, embora as tendências objetivas não conseguissem impor-se de forma tão terrível caso não controlassem a vida psíquica contra o interesse dos viventes. Mas, no campo da história, a psicologia é secundária diante da objetivação das instituições. Sobretudo os tão evocados padrões de comportamento

8 Ralf Dahrendorf, „Elemente einer Theorie des sozialen Konflikts“, in: *Gesellschaft und Freiheit*, München, 1961, p. 197s. [N. A.]

9 Idem, p. 212. [N. A.]

10 Idem, p. 202. [N. A.]

e desvios dos líderes são, por razões ideológicas, demasiado superestimados. Mesmo o ditador, que de fato pode decidir sobre a vida e a morte, está limitado, em suas decisões políticas, às oportunidades e alternativas com as quais é confrontado. Uma observação psicológica precisa sugere que ele coloca seus instintos e impulsos a serviço dos objetivos políticos, sem que estes dependam seriamente disso. A distinção estabelecida por Dahrendorf entre conflitos socioestruturais e conflitos meramente psicológicos permite, em termos de prática científica, uma elegante seleção do material a ser tratado pela sociologia, mas arrisca ignorar fenômenos que revelam algo de essencial para a sociedade.

A integração da luta de classes com vistas à institucionalização dos sindicatos e partidos que competem entre si é a base do esquema das teorias do conflito contemporâneas, que, ao mesmo tempo, afirmam e neutralizam o conflito. A tese do liberalismo primevo acerca do efeito unificador do conflito, desenvolvida mais tarde por Simmel ao analisar a luta concorrencial, é estendida por Coser às chamadas sociedades pluralistas de hoje. Anulando-se mutuamente, os conflitos entre os diversos grupos interdependentes devem dar liga ao sistema social e, ao mesmo tempo, impedir seu enrijecimento¹¹. A tese de Spencer, segundo a qual a integração progressiva coincide com a diferenciação progressiva, é restaurada de forma irrefletida. Entretanto, a quantidade de integração interverteu-se na qualidade oposta: inibiu a diferenciação enfática, que se afirmava somente no livre desenvolvimento dos indivíduos. A aparente diversidade de lutas e conflitos sociais, oficialmente encorajados, encobertos, por assim dizer, por uma espécie de abóbada, previstos pelo esquema estabelecido, traveste um estado cindido em favor da manutenção das relações existentes. As teorias correntes do conflito social, que já não podem negar a sua realidade, acertam apenas naquilo que é articulado e objetivado nos papéis e instituições do lado de cá da violência perenizada, a qual se esconde atrás da reprodução da sociedade. Implicitamente, já se está considerando o controle social dos conflitos, que devem ser “regulados”, “dirigidos” de forma “interventiva” e “canalizados”¹². Dahrendorf não omite de modo algum o fato de que “a regulação bem sucedida de conflitos...” teria, “no entanto, uma série de condições”. As partes envolvidas teriam que compreender o sentido e a inevitabilidade dos conflitos e, de antemão, concordar quanto às regras da mediação - uma condição que exclui operacionalmente o caso crítico em que os conflitos derrubam as regras vigentes. Essas regras não são de modo algum livremente acordadas, mas são, elas mesmas, sedimentos dos processos sociais. Mas é justamente essa objetividade dos conflitos que escapa a Dahrendorf; ele também hipostasia as estruturas sociais que produzem conflitos como supra-históricas, esperando que a razão subjetiva possa domá-los, “na medida em que

11 Cf. Lewis A. Coser, *Theorie sozialer Konflikte*, ibidem, p. 97, 182 ss. [N. A.]

12 Dahrendorf, ibid., p. 200, 228. [N. A.]

toda intervenção sobre conflitos se limita à regulação de suas formas e renuncia à vã tentativa de eliminar suas causas”¹³. Decretada *a priori*, a tese da inutilidade de uma tal tentativa dificilmente seria compatível com a abertura positivista, por exemplo, com o experimentalismo de Dewey. A “teoria da coerção da sociedade”, que Dahrendorf opõe à teoria do consenso, só é contrária a essa última na medida em que modifica o acordo tradicional-liberal com a ordem normativa, levando em conta traços pós-liberais próprios do mundo administrado. Como categoria sociológica, o conflito só emerge com o desaparecimento da concorrência em sua forma antiga e da luta de classes manifesta; nesse sentido, a categoria é adequada. A mais recente teoria do conflito social se protege, por meio de suas determinações conceituais, contra a percepção daquela “crueldade de toda objetividade” que Simmel, o filósofo da vida, ainda soube reconhecer na transformação da luta violenta de outrora em concorrência e “que não consiste em desejar o sofrimento alheio, mas justamente em excluir do cálculo os fatores subjetivos”¹⁴. A partir dessa crueldade, o assassinato de gabinete veio a se desenvolver como *fait social*.

O termo “conflito social” desvia a atenção de seu horror mortal, bem como de sua base objetiva nos antagonismos econômicos. Esses antagonismos são neutralizados, seja nos modos de conduta dos indivíduos singulares - por exemplo, os inadaptados à assim chamada cultura em que se encontram - seja nas transações entre grupos, organizações ou o que quer que seja. Tal deslocamento se insere nas tendências predominantes da sociologia atual. Essa sociologia vai contra uma teoria crítica da sociedade. Porque se apresentam diretamente, os fenômenos sociais constatáveis e classificáveis são confundidos com o substrato último da pesquisa empírica. A questão da sua mediação pela estrutura de classe é escamoteada. Mas, de acordo com a antiga distinção da ontologia aristotélica, o que está mais próximo do observador, o que lhe aparece primeiro, não é, de forma alguma, nem em termos sociais, o primeiro em si mesmo. A prioridade não lhe é atribuída porque a totalidade não é tão facilmente capturável, como seus derivados, por meio dos métodos específicos disponíveis. Não obstante, a teoria da luta de classes não teria se transformado tão claramente em levantamentos de dados sobre conflitos sociais e quiçá suas conseqüentes generalizações, caso os fenômenos não favorecessem isso. A luta de classes ao estilo antigo, no sentido do manifesto de Marx, tornou-se virtualmente invisível, segundo as palavras de Brecht. Sua invisibilidade mesma não pode ser separada dos problemas estruturais. De fato, as manifestações das relações de classe foram, em grande medida, incorporadas às relações funcionais da sociedade, sendo inclusive determinadas como parte do seu funcionamento. De

13 Idem, p. 227 f. [N. A.]

14 Simmel, 1983, p. 305. [N. A.] Trecho suprimido na coletânea editada no Brasil que contém o ensaio. [N. T.]

fato, não se trata de nenhuma novidade, já que a sociedade não só se manteve viva apesar das relações de classes, mas através delas. O desenvolvimento havia sido pré-formado teleologicamente na dupla posição objetiva do proletariado diante da sociedade burguesa. Por um lado, durante o período que Marx e Engels tinham em vista, os proletários eram objeto da exploração, não sujeitos autônomos do processo social em seu conjunto. Eles existiam fora do conceito de uma sociedade formada pretensamente por sujeitos livres e autônomos. De toda forma, no tempo da Revolução Industrial e nas primeiras décadas subsequentes, eles foram recrutados entre camponeses e artesãos expropriados que haviam perdido seu lugar social, sendo, por assim dizer, extraterritoriais. Não obstante, o proletariado, enquanto produtor da riqueza social, era imanente à sociedade e a quintessência de sua força produtiva. Em reação à ameaça revolucionária, mas também pela própria lógica histórica, o peso do elemento imanente no conceito de proletariado aumentou. Assim, o movimento sindical, que dentro do sistema existente proporcionou aos trabalhadores uma parcela do produto social maior do que o mínimo precário, atuou com necessidade, isto é, em favor do interesse material dos trabalhadores, no sentido de sua integração. O antagonismo que levava os trabalhadores a se organizarem e, nessa medida, já os “integrava”, vinculou-os cada vez mais àquilo contra o que seus quadros lutaram nos primeiros e selvagens dias do incipiente alto capitalismo. Eles não apenas haviam chegado a uma situação material na qual tinham mais a perder do que as suas correntes. Mas, complementarmente a isso, a tendência do capital de se expandir para domínios do espírito e da opinião pública ocupou também o consciente e o inconsciente do quarto estado de outrora¹⁵. Já Marx e, mais ainda, os marxistas posteriores se aperceberam do fato de que a consciência de classe não estava ligada mecanicamente à existência das classes, mas devia, antes, ser criada. Contrariando a opinião comum, a consciência de classe das classes altas estava em geral mais desenvolvida do que a das baixas. As primeiras, herdeiras históricas da dominação feudal, intuíram os perigos não só da prática política, mas também do pensamento afastado da prática, indo muito além da inteligência dos indivíduos singulares. A classe baixa, por outro lado, sob o permanente domínio das relações hierárquicas, precisou se adaptar a essas para sobreviver. A coerção nesse sentido foi sendo dirigida de forma mais planejada, mas também se efetivava de modo automático. Seria possível perguntar se também na época áurea da socialdemocracia alemã, durante o período guilhermino, a consciência de classe era tão substancial quanto se vangloriavam os funcionários do partido. Não há dúvidas de que esta se enfraqueceu desde então, sobretudo tendo em vista os padrões de vida visivelmente inferiores nos países do Leste. Mas a luta, incluindo a luta de classes, postula a consciência de

15 “Quarto estado” ou “quarto estamento” designava o proletariado nascente na Europa, sobretudo a partir de 1848, em relação aos outros estamentos da sociedade: nobreza, clero e burguesia. [N. T.]

ambas as partes. Caso contrário, seu conceito se volatiliza em uma abstração dos antagonismos de classe objetivos e indecifrados, que não são sujeito e se tornam, portanto, irrelevantes para a ação. A atual doutrina do conflito social pode se apoiar no fato de, subjetivamente, a luta de classes estar esquecida, se é que um dia tenha tomado as massas. Isso também incide em seu sentido objetivo, pelo menos por ora.

Mas o antagonismo objetivo não desapareceu com a integração. Apenas sua manifestação na luta foi neutralizada. Os processos econômicos fundamentais da sociedade que produzem as classes não se modificaram, a despeito de toda a integração dos sujeitos. Um conhecimento da sociedade que não queira fetichizar nem a teoria, nem os epifenômenos, deve asseverar a forma na qual as oposições de classes objetivamente existentes, mas reprimidas no duplo sentido, se manifestam. A hipótese de que isso ocorre na esfera privada é incontestável. Sendo inteiramente mediada pela sociedade, essa esfera é tanto aparência como, por outro lado, o refúgio dos movimentos contrários à pressão da totalidade social, cujas marcas esses movimentos, por sua vez, carregam. Aos conflitos que desde sempre ocorrem nessa esfera falta geralmente a consciência das relações de classe; é possível que eles revelem tanto mais em termos sociais quanto mais longe estejam da oposição, por assim dizer, oficial entre capital e trabalho. Analisar esta oposição, seja nas tão evocadas relações interpessoais, seja inclusive na interioridade psicológica, seria uma das tarefas devidas da sociologia. Sua pedra no sapato é que os dados imediatos não escondem menos do que revelam, ao passo que as estruturas fundamentais já não aparecem em grande escala de maneira drástica. É de se esperar que no momento singular se façam visíveis a estrutura e suas transformações, as quais não podem ser apreendidas como totalidade, mas que, enquanto força dominante, formam o princípio de toda concreção. Caso não fosse possível interpolar a sociedade a partir de seus fenômenos, então o seu conceito seria verdadeiramente a superstição, tal como alguns positivistas o proscurem.

Isso legitima a insistência na experiência subjetiva não controlada. A compreensão de sua insuficiência e arbitrariedade não deve servir a fins ideológicos. Quão problemáticas, também face à sociedade universalmente mediada, podem ter-se tornado as teses que se baseiam unicamente na experiência imediata dos indivíduos - imediata aqui no sentido das proposições protocolares da atual teoria da ciência -: sem o ponto de vista da experiência sociológica primária não se forma conhecimento algum. A responsabilidade científica, a ser imposta antes de tudo ao elã irresponsável, parece tê-lo recalcado. Ela se tornou um fim em si mesmo; os únicos impulsos que dariam prova de seu valor estão inibidos. Em contraste com a multiplicidade aberta que o conceito de empiria um dia visou, o autocontrole científico gostaria de restringi-la de tal forma, que ao final é registrado somente o que é preparado pela metodologia e o que a ela está ajustado. Em oposição

ao método sobrevalorizado, aquilo que este conspurca como divagação e resíduo filosófico adquire cada vez mais a função de corretivo. Somente uma combinação entre imaginação e fato para os fatos, difícil de antecipar teoricamente, alcança o ideal da experiência. E todavia o fosso entre teoria e *fact finding* que marca a sociologia contemporânea não é transponível por uma concepção abstrata como a insistente afirmação da tese do primado da teoria. Seria preciso, antes, visar a ação recíproca entre teoria e experiência. Nesta, o círculo é inevitável: não há experiência que não seja mediada por uma - frequentemente inarticulada - concepção teórica, não há concepção que se preze que não esteja fundada na experiência e continuamente se dimensione a partir desta. O círculo não pode ser ocultado; mas de modo algum deve ser atribuído à falta de reflexão ou a um pensamento confuso. O fato de existir arbitrariedade na própria separação entre experiência e conceito condiciona o círculo. Em nome de uma instrumentária metodológica a mais limpa possível, os dois momentos são irrefletidamente contrapostos segundo o princípio da divisão do trabalho. Mas nenhum deles existiria sem o outro. O círculo é idêntico ao da sociedade total, completamente socializada, que, ao impregnar todo indivíduo, impõe uma espécie de identidade negativa entre o universal e o particular. Somente a partir dos extremos, de seus dois polos, essa identidade pode ser compreendida. Teoria e fisionomia social se fundem.

Descendo até as alterações privadas, tão pueris quanto investidas de afeto, a sociedade apresenta aos viventes a conta por sua forma distorcida, da qual eles são cúmplices, e por aquilo que ela fez deles. Nos conflitos cegos, auto-infligidos, o ser social retorna aos sujeitos, sem que eles se apercebam disso. As palavras de ordem que o fascismo lançou contra a consciência de classe, em uma antecipação tempestuosa daquilo que ocorreria mais tarde, tornaram-se, entretanto, fora do sistema fascista mas não de forma menos ideológica, violência real. Presumivelmente, porém, a harmonia não é de fato tão duradoura como faz crer a reiteração do caráter ultrapassado da teoria crítica, da qual se espera poder-se livrar definitivamente, relegando-a à metafísica. Em situações de crise, o conflito social pode se atualizar como conflito de classes; resta ver se também nas formas do mundo administrado. Por ora, o conflito social terá que ser procurado e examinado também alhures. Se é certo que a sociedade se desenvolveu como uma totalidade antagônica, quase todo conflito que se costuma hoje chamar de particular é sua efígie. A atual sociologia do conflito distingue claramente entre conflitos formais e informais, manifestos e desviados, “verdadeiros” e “não verdadeiros”¹⁶. Assim, Dahrendorf encontra a “causa última” dos conflitos desviados na estrutura de poder dentro das fábricas. No entanto, essa estrutura só pode ser explicada e justificada a partir da divisão

16 Cf. Ralf Dahrendorf, *Industrie- und Betriebssoziologie*, segunda edição, Berlim, 1962, p. 94 ss.; Lewis A. Coser, *Theorie sozialer Konflikte*, ibid., p. 57 ss. [N. A.]

do trabalho nas sociedades industriais - mais precisamente: a separação entre organização e trabalho imediatamente produtivo - postulada como necessária. Mas a persistência dessa separação - tanto nos países capitalistas, como nos países do Leste, especialmente nos chamados subdesenvolvidos - não pode ser entendida como momento último, mas constitutivo e forçoso do atual desenvolvimento das forças produtivas.

Para a teoria de Marx, parecia evidente que o antagonismo objetivo entre forças produtivas e relações de produção se expressasse de maneira flagrante lá onde a pressão daqueles que detêm os meios de produção sobre aqueles que vendem sua força de trabalho era mais duramente sentida, na economia. Essa evidência foi desaparecendo nos países altamente industrializados. Assim como os proletários mal se sentem como tais, também não existe mais o dono da fábrica dos *Tecelões*¹⁷. Os industriais já não enfrentam os trabalhadores enquanto encarnação viva do interesse do capital. Com a progressiva racionalização técnica, com a objetivação da estrutura de autoridade, os trabalhadores já não veem diante de si um adversário tangível. Quando muito, eles se voltam contra os encarregados, os mestres e os superiores em uma hierarquia ascendente a perder de vista¹⁸. As disputas são os protótipos do conflito social hoje e do seu deslocamento. Elas ocorrem no lugar errado; os supostos adversários, por sua vez, sofrem pressão para garantir as metas da produção. Na verdade, eles são fantasmas, personificações através das quais os dependentes procuram retraduzir o teor abstrato e imperscrutável das relações em sua experiência viva. Os conflitos institucionalizados entre capital e trabalho permanecem ideológicos enquanto estiverem inseridos em relações de poder decididas previamente. É pouco provável que o motivo da tão citada apatia política seja o fim da opressão. Ele está, antes, na consciência, mesmo que inarticulada, mero pré-consciente dos seres humanos, de que aquilo que hoje se considera a esfera política tem pouco a ver com os seus verdadeiros interesses próprios. Se todo conflito salarial é, de forma latente, sempre luta de classes, essa é suspensa pelas organizações integradas que participam da ordem. Mas isso não pode ser alcançado sem fissuras. O conflito, invisível sob a superfície da parceria, expressa-se em fenômenos sociais marginais; seja ali onde a integração ainda não se completou, seja naquele “refugio do mundo dos fenômenos”¹⁹, que o processo antagônico desde sempre excluiu; de forma variada nos surtos irracionais dos que não são nem força

17 Hauptmann, G. (1968). *Os tecelões*. Tradução de Marion Fleischer. São Paulo: Brasiliense. [N. T.]

18 Cf. Ludwig von Friedeburg. *Soziologie des Betriebsklimas*. Frankfurt a. M. 1963, p. 106 ss. [N. A.]

19 “É verdade que a psicanálise não pode se gabar de jamais ter se ocupado de ninharias. Ao contrário, geralmente constituem objeto de seu exame aqueles eventos modestos, descartados pelas demais ciências como demasiado insignificantes - o refugio, por assim dizer, do mundo dos fenômenos”. Freud, S. (2014). “Os atos falhos”. In: *Conferências introdutórias à psicanálise (1916-17)*. Tradução de Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, p. 34. [N. T.]

de trabalho, nem consumidores e, portanto, não são imanentes à sociedade por completo. Na aclamada *affluent society*, privação e penúria já não são mais o destino dos trabalhadores empregados, mas dos que vivem de pequenas aposentadorias e alguns grupos intermediários, não organizados e difíceis de apreender. No interior desses grupos, vão se impor com a máxima tenacidade a inveja, a alteração, a agressividade reprimida e desviada, velha herança da pequena burguesia. Esses grupos representam um perigo potencial não tanto para a ordem, e mais para as minorias indesejadas ou para os politicamente inconformistas: em caso de crise, a energia da luta de classes, alienada de seu objetivo primário, pode ser usada contra eles. Esse potencial é de desintegração. A desagregação em partículas centrífugas é o reverso da integração social. Quanto mais implacavelmente essa sepulta o diverso sob si, tanto mais o tecido social se decompõe no subsolo. Era possível observar isso nas lutas entre os bandos dos nacional-socialistas. Quando o rádio transmite uma Copa do Mundo, forçando o conjunto da população a tomar conhecimento através de todas as janelas e das paredes finas dos edifícios novos, mesmo jovens rebeldes em andrajos espetaculares e burgueses endinheirados vestindo seus paletós podem vir a reunir-se amigavelmente na calçada em volta de rádios portáteis. Por duas horas, na ocasião do grande evento, a solidariedade controlada e comercializada dos interessados em futebol funde-os numa comunidade nacional (*Volksgemeinschaft*). O nacionalismo mal disfarçado dessas ocasiões aparentemente apolíticas de integração reforça a suspeita de sua natureza destrutiva. De fato, no nível macrocômico, os pontos candentes da sociedade deslocaram-se para conflitos externos e como que próprios à política colonial. O antagonismo se manifesta no nível microcômico atravessando todo o corpo social em situações excêntricas, que são, de certo modo, uma paródia daquilo que um dia se chamou de espontaneidade. Mesmo que interiorizados, os conflitos “psicológicos” têm, pelo menos, também, sua dimensão social, por muito pouco que os determinantes psicológicos e os sociais convirjam, de fato, imediatamente. Só é possível separá-los arbitrariamente, uma vez que os esquemas dos padrões de reação individuais já canalizam, ao mesmo tempo, a agressividade social. Esquemas desse tipo incluem desde o escárnio e o insulto, a agressão verbal, à *practical joke*, até aquela espécie de violência física, tal como descrita num dos protocolos do seminário, que constitui o tom cordial, mas rude, do comportamento contemporâneo ao volante. Uma vez que o desenvolvimento social superou a categoria psicológica do eu fixo e idêntico consigo mesmo, é o caso de se perguntar até que ponto tais formas de comportamento ainda podem ser, de fato, atribuídas à psicologia. Talvez precisamente esses padrões tenham se tornado hoje as máscaras de caráter dos conflitos sociais objetivamente preexistentes. O fato de os indivíduos não se aperceberem delas se deve em parte à sua descontinuidade e incoerência psíquica crescentes, das

peças que tomam seus impulsos das condições situacionais e transformam, a si mesmas e esses impulsos, à maneira de Proteu, sem que os fatores singulares se desenvolvam em uma história unitária. História pressupõe memória; sob as exigências extremas da nossa grande civilização, essa memória parece ser exclusividade de um conhecimento especializado; a este não corresponde uma memória tão afiada para sua própria configuração afetiva, para si mesmo, para as inevitáveis crises e quebras no seu desenvolvimento²⁰.

Esses seres humanos, cujos controles do eu estão enfraquecidos e que se encontram num estado de permanente alarme e prontidão, poderiam ser os mesmos particularmente propensos às disputas (*Streitigkeiten*) sociais encobertas.

Os conflitos pseudoprivados são transmitidos à objetividade social por meio da linguagem. Em suas locuções e estereótipos repercutiram-se as condições e tensões históricas e sociais; tendo-as em vista, essas expressões são interpretáveis. Se o cobrador do bonde descarrega a raiva que ele sente dos estudantes com um comentário sobre o excessivo tempo livre de que dispõem, suas palavras interessam menos pela clara motivação psicológica do que por seu conteúdo social, podendo ser a inveja do funcionário público estável, porém mal remunerado, submetido a um regulamento e a horários rígidos de trabalho, em relação àqueles que, em sua visão, atuarão no futuro como profissionais liberais com melhores oportunidades materiais. O cobrador, que desconhece as causas extremamente complexas dessa diferença entre os grupos, despejará seu rancor sobre aqueles que são, eles mesmos objeto de processos sociais, bem menos favorecidos do que ele imagina. - Uma velha ralha com crianças pela algazarra numa rua já barulhenta. Mesmo muito depois de terem desaparecido, ela ainda continua a xingá-las. O vociferar substitui a violência física, pronto para passar a ela; sob a racionalização da educação obrigatória - uma das mais populares em meio ao clima da reação alemã - a mulher desconta a raiva contida pela sua própria existência miserável e, em geral, pelo barulho do tráfego, naqueles que se lhe oferecem indefesos, as crianças. O fato da sua raiva se autonomizar daquilo que a provocou mostra quão irrelevante é a circunstância para o seu caráter social. Todavia, protestar contra a brutalidade dos motoristas de automóvel dificilmente lhe ocorreria; para ela o mais odioso, por segunda natureza, é aquilo que a desconcerta como uma primeira natureza indomável; isso faz com que se lembre daquilo que ela precisou reprimir em si mesma: o alvoroço. Não raro, com efeito, surgem conflitos justamente por causa das máquinas e aparelhos da esfera de consumo, tão logo qualquer coisa não esteja “em ordem”, como se diz atualmente. Na nova economia pulsional, a libido talvez seja menos direcionada aos seres humanos vivos do que aos esquemas fabricados do vivente e aos próprios bens de consumo, às mercadorias²¹. A desavença familiar se instaura porque não funciona o aparelho de televisão, em

20 Alexander Mitscherlich, *Auf dem Weg zur vaterlosen Gesellschaft*. Munique, 1963, p. 344 ss. [N. A.]

21 Cf. Theodor W. Adorno, *Dissonanzen*, 3ª edição. Göttingen, 1963, p. 26. [N. A.]

volta do qual o grupo primário, novamente reunido, quer assistir mais uma vez ao combate de boxe há muito terminado. Para aqueles que foram privados de seu prazer sintético, o círculo familiar oferece uma boa ocasião para aliviar tensões que nada têm a ver com as pessoas presentes. Estas se convertem em objetos para as outras - desde as relações de troca, aparentemente inócuas, entre vendedores e consumidores, passando pelos mecanismos mais ou menos ocultos de governo e administração, clínicas e casernas, até prisões e campos de concentração. Isso pode ser verificado em nuances. Se o cliente que experimenta um sapato diz que este é grande demais para o seu pé, a lojista logo entende essas palavras como uma afronta e responde, irritada: “Aí eu tenho que lhe dar razão”. Ela está tão identificada com a venda de produtos padronizados que fareja no indivíduo cujas necessidades se desviam do padrão um adversário *a priori*.

Num cruzamento, o semáforo fica verde, e o primeiro carro, conduzido por uma senhora, não se põe em movimento. Após um abafado concerto de buzinas, no próximo sinal vermelho, o motorista do carro de trás avança e diz em tom claro e objetivo, sem mesmo soar ameaçador: “Porca estúpida!”, e a senhora responde, com a mesma objetividade e seriedade: “Desculpe-me”. Já não há mais conflito: a lógica da coisa domina incontestemente, de modo a legitimar o desaforo do homem, bem como a humildade com que a mulher categoriza a si mesma como agente pouco apta do produto, o carro, e pecadora com relação às regras de trânsito sancionadas. O fato de os consumidores serem realmente apêndices da produção leva-os, por sua vez, a se ajustarem ao mundo das mercadorias e então também objetificarem as suas relações com os outros indivíduos. - Quem se rebela contra as proibições codificadas e as recomendações de especialistas, ou apenas as coloca em questão com seu comportamento, desafia ainda mais a chicana; não apenas a das forças da ordem, mas também daqueles que se identificam exageradamente com essas e com a própria ordem. Na seção automatizada de uma fábrica de negro de carbono, trabalhadores que apenas controlam e limpam as máquinas são proibidos de se sentar ou fumar durante o horário de trabalho, apesar de que isso em nada prejudicaria a sua atividade. A ideologia não tolera sequer a aparência de preguiça. Alguém que, com a chegada do chefe, esconde no bolso o cachimbo aceso, é envolvido numa conversa oca interminável e forçado à dolorosa confissão de sua transgressão. Resíduos de formas sociais arcaicas se estabelecem parasitariamente nas racionalizações técnicas próprias às esferas de produção e consumo. A autoridade do especialista ainda aparenta ser indispensável ali onde ele tornar-se-ia claramente supérfluo. - Entre os indícios de que os conflitos mesquinhos desse tipo correspondem a fracassos sociais disfarçados, a sua irracionalidade não é o menos importante. O motivo é pretexto, não motivo. É verdade que toda tentativa de interpretação de observações subjetivas não sistemáticas pode levantar, nessa chave, a suspeita de estar papagueando juízos

prévios e de servir apenas à autocomplacência presunçosa de ter sempre sabido de tudo. Mas a rigidez indolente que se recusa a reconhecer conflitos aparentemente casuais como indícios de um antagonismo objetivo, entre trabalho objetificado e seres humanos vivos, restringe a capacidade de experiência, leva ao dogmatismo e à práxis obtusa. A reificação da consciência não tem limite na consciência daqueles cuja tarefa seria mandá-la pelos ares reconhecendo-a.

No riso coletivo gerado por um velho que ficou preso nas portas automáticas do bonde, no comentário final: “Ele está com medo de ficar sem o cocuruto!”, a brutalidade é ritualizada socialmente. A racionalização para este fim consiste na necessidade fictícia do bom funcionamento, uma *sã* razão humana que não pode ter consideração pelos seres humanos; o próprio fato de eles ainda existirem tem potencialmente o efeito da areia na engrenagem. Segundo esse esquema, o riso surge como fenômeno social ali quando o particular é condenado quase que por sua forma lógica, por perturbar o universal. De acordo com a teoria de Bergson, o riso, já interpretado por ele sociologicamente, teria a função de restabelecer, na relação entre os seres humanos, a vida deformada pelas convenções. Talvez essa já fosse a ideologia das camadas superiores que, por sua vez, beneficiárias da reificação, podiam se permitir o comportamento livre e a *désinvolture*, as boas maneiras cosmopolitas, e delas precisava para representar sua própria superioridade. Em todo caso, enquanto sintoma, o riso expressa hoje o contrário: não restitui a vida contra seus enrijecimentos, mas sim o enrijecimento, quando os impulsos vitais, demasiado anárquicos para as regras do jogo, ameaçam desmenti-lo. Como e pelo que se ri são aspectos da dinâmica histórica da sociedade. Atualmente, o riso integra de forma coerciva aquilo que está fora do quadro social estabelecido. Um sujeito conversa com um bêbado e, ao mesmo tempo, lança aos outros um sorriso cúmplice para distanciar-se dele. Submisso, ele antecipa o possível menosprezo de sua humanidade. Os deformados pela pressão social se aliam facilmente à violência que essa lhes infligiu. Eles se ressarcem da coerção social da qual eles mesmos padecem: à custa daqueles que a exibem ostensivamente. A gargalhada diante de um tipo excêntrico endossa, de maneira inconsciente, a opressão que produziu sua extravagância. Essa mentalidade de bode expiatório permeia todo riso coletivo, um compromisso entre o prazer em liberar a própria agressividade e os mecanismos inibidores de censura que não o toleram. Isso culmina na gargalhada, aparentada da raiva, com a qual o bando silencia o desviante, um comportamento que se interverte, se as condições o permitem, em violência física, justificada, em termos civilizacionais, como simples brincadeira. À intenção de obter melhores condições de vida em geral, os conflitos sociais revelam-se mais pelas suas cicatrizes, expressão dos prejudicados, do que pelas suas declarações. Exigir uma definição estrita do que é conflito social significa bloquear o acesso a ela. Para que a experiência recupere a capacidade que um

dia talvez tenha tido e da qual o mundo administrado a privou: a capacidade de penetrar teoricamente no incompreendido, ela deve então decifrar conversas triviais, atitudes, gestos e fisionomias até a parte mais ínfima, deve fazer falar os elementos endurecidos e silenciados, cujas nuances são tanto marcas de violência, como mensagens clandestinas da libertação possível.

Quando teoria e experiência se apartam, ambas estão sujeitas à crítica. Ali onde a experiência social percebe dominação, sua explicação histórica é encontrada na teoria crítica. Só uma experiência que, sem proteger-se e ofuscar-se de maneira precipitada com os teoremas existentes, ainda é capaz de perceber as transformações na fisionomia da sociedade, pode servir de ponto de partida para uma teoria pertinente a elas. Cabe à crítica sociológica do conhecimento refletir sobre como o conceito de empírico, contraído pela regulamentação, poderia reconquistar sua amplitude e abertura. Muito facilmente, a atitude empírica do sociólogo se compara àquela da criança que liquida a fábula da raposa e da cegonha, dizendo que não existe cegonha nenhuma. A incapacidade para a experiência não pode ser de modo algum compreendida apenas como resultado de desenvolvimentos individuais ou determinados pelas leis da espécie. O desvanecimento da consciência cognoscente frente ao subliminar deriva da estrutura objetiva de uma sociedade cuja totalidade conformada sem brechas obstrui a visão daquilo que persiste sob a aparência de um estado reconciliado que essa sociedade prepara, voluntária e involuntariamente. O fato de o conhecimento teórico da sociedade e a empiria sociológica divergirem aponta para isso, e mesmo a contradição entre ambos e a disputa entre as diversas escolas são expressão da estrutura antagônica das relações que são objetivadas e, no entanto, provindas de sujeitos vivos. A ilusão de atribuir-lhes tudo não é apenas ilusão, na medida em que esses sujeitos vivos também permanecem, sob as condições atuais, o substrato de todo social; não obstante, ilusão, pois busca encontrar o caráter de substrato dos sujeitos socializados neles imediatamente, aqui e agora. A isso induz a condição insuportável da vida alienada. Tal como a tendência à personalização, até ao delírio antisemita, que impõe o peso de uma culpa de fato anônima a um grupo tangível, também o tipo de ciência que, a despeito de todo o fanatismo de sua objetividade, se atém a seres humanos, aos sujeitos, em uma tentativa inconsciente de proporcionar à experiência aquilo que escarnece dela, com métodos eles próprios reificados e retirados das técnicas do mundo reificado. A dialética da sociedade penetra nas formas de conhecimento da sociedade. É precisamente a isso que este deveria estar atento. Ele precisa aprender a experienciar aquilo que não é passível de experiência: tal paradoxo é conforme ao objeto. Isso requer uma antecipação teórica, um órgão que capta aquilo que marca os fenômenos e, ao mesmo tempo, é por eles negado. Para desenvolvê-lo, a orientação metódica não basta: é necessário introduzir, como elemento constitutivo do conhecimento, a vontade prática da

transformação que um dia inspirou a ciência sociológica, até que o tabu científico lhe sobreveio. Porém, isso não é exterior à ciência, mas é internalizado por sua capacidade fisionômica, e se retifica tanto na experiência progressiva como na teoria. Nenhuma dessas categorias é, por si só, uma chave universal; os momentos estão uns nos outros e se afinam no confronto crítico dum com o outro. Isolar qualquer um deles significa ofuscar a ciência - ela mesma um fragmento do processo social - com a aparência, que esta deve e só pode eliminar se captar a complexidade dialética do seu objeto por meio da sua própria.

Recebido em: 04.02.2021

Aceito em: 25.05.2021